

Cená(Rio)s que fazem a historicidade rondoniense

Rosália Aparecida da Silva¹, Nair Ferreira Gurgel do Amaral²

¹Jornalista, Mestra em Letras. Instituto Federal de Rondônia. Integrante GET/IFRO.

²Licenciado em Letras, Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. Docente da Universidade Federal de Rondônia.

*Autor para correspondência. E-mail: rosalia.silva@ifro.edu.br

Resumo: Este estudo busca compreender a reterritorialização pela qual se passa a Amazônia e temas correlatos: rio, gente e saberes. O objetivo principal é desenvolver uma visão crítica em relação ao que parece natural ao tratar da Amazônia, como se sobre a realidade não pairassem conceituações pré-concebidas, ideológicas, colonialistas e, por isso, possuidora de valores sociais. Considerou-se a relação intrínseca pelo qual passa essa visão se dá entre o “eu”, a teoria adotada, os fatos históricos e as práticas amazônicas. A presente proposta possui a seguinte estruturação: primeiro, um retorno à história de Rondônia, com historiadores locais como: Marco Antônio Domingues Teixeira e Dante Ribeiro da Fonseca; Alex Palitot; Edilson Lucas de Medeiros; e Manoel Rodrigues Ferreira, seguidos das visões recortadas da literatura regional de Ferreira de Castro e Márcio Souza e, por último, um panorama teórico com visão pós-crítica de Frantz Fanon, Eduard W. Said, Neide Gondim e Nair Amaral. Vê-se que os ribeirinhos passam por processos de hibridização identitária e cultural, uma vez que nunca continuarão os mesmos depois de novos conhecimentos adquiridos no processo de formação cultural, pois, esta não é estática.

Palavras-chave: História de Rondônia. Literatura Amazônica. Pós-Colonialismo.

Scenarios that make historicity in Rondônia

Abstract: This study seeks to understand the reterritorialization that the Amazon is undergoing and related themes: river, people and knowledge. The main objective is to develop a critical view in relation to what seems natural when dealing with the Amazon, as if there were no preconceived, ideological, colonialist concepts and, therefore, possessing social values. It was considered the intrinsic relationship that this vision goes through between the “I”, the theory adopted, the historical facts and the Amazonian practices. The present proposal has the following structure: first, a return to the history of Rondônia, with local historians such as: Marco Antônio Domingues Teixeira and Dante Ribeiro da Fonseca; Alex Palitot; Edilson Lucas de Medeiros; and Manoel Rodrigues Ferreira, followed by the clipped views of Ferreira de Castro and Márcio Souza's regional literature and, finally, a theoretical overview with a post-critical view by Frantz Fanon, Eduard W. Said, Neide Gondim and Nair Amaral. It can be seen that the riverside people go through processes of identity and cultural hybridization, since they will never remain the same after new knowledge acquired in the process of cultural formation, as this is not static.

Keywords: History of Rondônia. Amazonian Literature. Post-Colonialism.

Introdução

Este estudo pretende reterritorializar¹ a compreensão sobre o tema Amazônia, seus rios, gente, cultura e saberes. Diante dos conteúdos pós-colonialistas, bem como de pluralidade cultural, realizou-se

¹ A desterritorialização é uma “saída” do “território” que requer “naturalmente” uma reterritorialização, ou seja, a “criação” de um outro novo Território. Nesse contexto, Nestor Garcia Canclini (2008) diz que a desterritorialização foi um processo fundamental para que ocorresse o processo de globalização das culturas, pois a partir daí as culturas de misturariam e ganhariam características umas das outras.

leituras que muito contribuíram na ampliação do olhar quanto a possíveis problemas de entendimento da teoria e das histórias e a uma consequente filiação superiorizada ante a alteridade. Processos esses que se tornam agendas importantes para o atual momento histórico, em que paira sobre o conhecimento científico o retorno de um discurso desqualificador e desmoralizante, tal qual usado historicamente quando se precisa colonizar o Outro.

Assim, o objetivo principal do artigo é a observação crítica em relação ao que parecer natural na Amazônia, como se sobre a realidade não emergissem conceituações pré-concebidas, ideológicas, colonialistas e, por isso, com valores distorcidos. Para tanto, as leituras da teoria Frantz Fanon (2008), Eduard W. Said (2007), Neide Gondim (1994) e Nair Amaral (2012) ajudaram a ampliar bases de respeito aos conhecimentos diversos, muitos dos quais surgiram a partir da colonização europeia. Tendo por consequência serem considerados piores e/ou inferiores culturalmente uma vez que eram tratados como “seres desalmados”, ou melhores quando se referiam à riqueza do “Eldorado” a ser encontrado.

Falar a respeito dos cenários que compõem a historicidade, dando-lhe o devido lugar nas pesquisas acadêmicas, é mais que dever ou obrigação. É, antes de tudo, o reconhecimento de pertencimento de um povo desenvolvido em terras oficializadas como Brasil, notadamente os estabelecidos na região Norte brasileira, e que ainda permanece colonizado e “à margem” (marginalizado) do processo social e econômico. Subalternizados, mas que demonstram uma resistência ao longo do tempo, em busca de “empoderamento”.

Parte-se, portanto, da relação intrínseca que se dá entre o “eu”, representando o sujeito que recebe a informação, mais os fatos históricos e a prática dos amazônidas, em um processo de reterritorialização que consiste na tentativa de certas relocalizações territoriais das velhas e novas produções simbólicas. Sobre a linguagem perpassam ideologias diversas, e a busca por novos saberes, em espaços menos instituídos, adotando uma percepção diferenciada, é um ir além das ideias previstas, de adaptação aos novos territórios enquanto agente ativo, não vulnerável.

Espera-se com o percurso desse estudo trazer contribuições acadêmicas, uma vez que será desenvolvido no diálogo entre o fato histórico em torno da ocupação do território de Rondônia, especificamente a região onde correm águas do Rio Madeira e seus afluentes. Tendo em conta que o Homem é um ser eminentemente social e sociável, este necessita de se adaptar às novas circunstâncias, aos novos territórios, pois “A vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando outros” (HAESBAERT, 2004. p. 372).

A presente proposta está estruturada conforme segue: primeiro, um retorno à história de Rondônia, com historiadores locais como: Alex Palitot (2016); Edilson Lucas de Medeiros (2003, 2004); Marco Antônio Domingues Teixeira e Dante Ribeiro da Fonseca (2001) e Manoel Rodrigues Ferreira (1987), seguidos das histórias e visões recortadas da literatura regional de Ferreira de Castro (1989) e Márcio Souza (1980) e, por último, um panorama teórico com visão pós-crítica de Fanon (2008), Said (2007), Gondim (1994) e Amaral (2012).

Na História

A história oficial registra que a região Amazônica demorou a receber os primeiros exploradores (somente a partir de 1600) advindos do período de navegações e posterior à “descoberta” das Américas. Se, conforme Palitot (2016), o objetivo da história e do historiador é iluminar o passado, para assim buscar entender o presente e projetar o futuro, é por essa iluminação com viés de compreender o outro em sua diferença, a base desse estudo, uma vez que a identidade de um povo é sua maior representação.

Porém, na contramão de iluminar, muito do que ficou registrado sobre a Amazônia serviu para obscurecer o olhar sobre ela. Visões que são carregadas até os dias atuais, porque ainda há muitas marcas negativas em relação ao hibridismo cultural ou aos traços culturais e populações indígenas, por exemplo. Isso pode ser notado com a exaltação do enfrentamento aos povos indígenas e a comemoração pelas conquistas de “destemidos bandeirantes”. Sob o julgo da inferioridade perante o Outro e sua inaptidão enquanto primeiro morador, o dominador estabeleceu aos autóctones passarem a ser “menos merecedores” das “riquezas” das terras antes por eles ocupadas. Era chegada a hora do cumprimento do destino de Rondônia, receber os migrantes:

O Estado de Rondônia sempre foi palco de grandes histórias, de grandes aventuras e odisséias, mas nenhuma história ou momento foi mais especial que a vinda dos migrantes na década de 70. Durante o Regime Militar foi deflagrado um

projeto de ocupação da Amazônia, levar homens sem terra a uma terra sem homens. (PALITOT, 2016, p. 15).

A comemoração pela invasão é, destarte, histórica. A exploração da região foi resultado dos avanços iniciais do capitalismo, que precisava avançar fronteiras europeias, em uma sociedade em transição pós-Idade Média. Aqueles que chegaram ao que se convencionou como América, em busca de especiarias das “Índias”, encontraram madeiras, drogas do sertão, seringa e exploração do minério.

Também Medeiros (2003) mostra que a Amazônia é *locus* de muitas lendas e mitos, entre eles, o de ser um grande Eldorado. Por conseguinte, no Rio Madeira e em outras águas amazônicas haverá muitas histórias a resistir no tempo, como a contada sobre botos/homens, por exemplo, ou as muitas outras que falam de animais extraordinários. O autor divide os quatro séculos de exploração amazônica em quatro etapas de lutas (índios e não-índios): no primeiro período está a fase de coleta e especiarias (após 1616); no segundo período está o tempo em que a borracha passou a ser o principal produto da Amazônia (em Rondônia, a partir de 1850); a caracterização do terceiro período se dá pela retomada da extração da borracha (2ª Guerra Mundial/Soldados da Borracha); e o quarto período, que Medeiros (2004) diz ser o mais cruel, é o da abertura da BR 364, em 1961. Ele faz a seguinte descrição da atração para o Eldorado e as dificuldades que deverão ser enfrentadas:

O garimpo do rio Machado proporcionou a ilusão para muitos, geralmente, os garimpeiros se organizavam em grupos para facilitar a jornada de viagem até a localidade de Vila Rondônia. Subindo o rio Machado ou cruzando a floresta, vindo de Cuiabá ou de Porto Velho, usando a picada da linha telegráfica como caminho até chegar à Vila de Rondônia, significava muito sacrifício, pois eram necessárias coragem e muita determinação para a realização dessas tarefas. (MEDEIROS, 2004, p. 219).

Um pouco antes desse citado período ocorreu a expansão para o Oeste do Brasil, quando se construiu e se concluiu, em 1783, o Forte Príncipe da Beira, visando a proteção territorial. A fortificação militar serviu para “consolidar o domínio português no Vale do Guaporé-Mamoré e Madeira” (MEDEIROS, 2003, p. 39). O que também será dado por Palitot (2016, p. 45) como “marco da conquista e defesa do território português na região”.

Mas mesmo o domínio desse território não aponta que a região era uma das que possuíam maiores interesses pelos colonizadores, tendo em vista que a atenção tardia entre espanhóis e portugueses em relação às terras do Norte brasileiro fez com que até o século XIX não houvesse consenso oficial sobre as nascentes do Madeira. Conforme Teixeira e Fonseca (2001), para alguns, a cabeceira seria na confluência dos rios Guaporé e Mamoré, enquanto para outros o Madeira nasceria do encontro do Mamoré com o Beni. E será apenas após esgotamento dos seringais próximos aos municípios de Manaus e Belém que as regiões do Madeira e do Acre despertarão mais interesse, haja vista que “foi nelas onde se passou a extrair o látex de melhor qualidade” (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 100).

Nas águas do Rio Madeira podem ser encontradas preciosas passagens históricas que incluem muito mais que a busca no garimpo de ouro ou movimento de implantação de usinas hidrelétricas. Segundo Medeiros (2004), mesmo sendo breve, o ciclo do ouro trouxe mudanças radicais para Porto Velho, como maior desenvolvimento do comércio e uma maior circulação de dinheiro.

A ambição exacerbada dos garimpeiros que buscavam no leito do Madeira o ouro para satisfazerem as suas ambições capitalistas, transformaram a zona de garimpagem em uma terra sem lei, onde permaneciam os mais astutos e audaciosos. Os roubos, assassinatos, tráfico de drogas, o consumo de bebidas alcoólicas e drogas faziam parte do cenário que se repetia no dia-a-dia das áreas de garimpagem. (MEDEIROS, 2004, p. 234).

Ainda conforme dados de Medeiros (2004), o auge da garimpagem deve ter envolvido cerca de dez mil pessoas, sendo quatro mil trabalhando em dragas e balsas, gerando riquezas para alguns e, ademais, muita disputa. De outro lado, no registro do jornalista de São Paulo, Manoel Rodrigues Ferreira, cunha-se o termo “Ferrovia do Diabo”, mais um pesado fardo para a história de Porto Velho. Não que a construção da

estrada de ferro tenha sido uma amenidade, mas em muitas das passagens da obra as “monstruosidades naturais” assolam a região: doenças (malária, sarna, disenteria, mácula/corrupção, pneumonia, ancilostomíase, beribéri, impaludismo, hemoglobinúria, entre outras), ataques indígenas e muitas mortes na travessia das cachoeiras do Rio Madeira devido à força das águas. Não é incomum denominar este registrado “ambiente hostil” com adjetivos como “penosa”, “perigosíssima” ou “insalubridade as margens do Rio Madeira” (FERREIRA, 1987, p. 242).

Durante um século, exploradores, engenheiros, cientistas, viajantes, todos pagaram um pesado tributo na passagem das cachoeiras do Madeira. Durante esse tempo, todos ali sofriam e muitos ali perdiam suas vidas. Mas a natureza vencera o homem, obstinado sempre em construir nesta parte da América uma grande nação. (FERREIRA, 1987, p. 53).

Tida no século XIX como melhor proposta, a construção de uma estrada de ferro em solo brasileiro serviria à finalidade de que a Bolívia tivesse saída para o Atlântico e servindo à movimentação socioeconômica da região. Isso, tendo em vista que na história boliviana consta a perda de acesso ao Oceano Pacífico para o Peru, a construção de uma ferrovia em território brasileiro, onde atualmente estão os municípios de Guajará-Mirim e de Porto Velho – “numa extensão de 40 km, existem 20 cachoeiras” (FERREIRA, 1987, p. 20) – ganha em 1860 as primeiras sugestões oficiais. A obra será, finalmente, concluída em 1º de agosto de 1912 (FERREIRA, 1987, p. 296) quando já havia sido criada alternativa para a circulação de produtos/pessoas no país vizinho e quando o preço/ciclo da borracha estará em declínio na Amazônia.

Ainda sobre a “importação” de centenas de homens para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, algo superior a de 21 mil homens, entre 1907 e 1912, ele escreve: “Só assim, a empresa conseguia avançar os trabalhos, isto é, introduzindo cada mês novas levas de trabalhadores, para substituir os inválidos e os mortos” (FERREIRA, 1987, p. 209). Vale lembrar que somente nos dias atuais foi concluído o asfaltamento total da rodovia que liga as duas cidades (Porto Velho-Guajará-Mirim). Época em que já não circula há anos o trem, porém, existe um retorno nacional do incentivo ao transporte ferroviário, tanto que se discute uma linha para ligar os oceanos Atlântico e Pacífico, cortando do Brasil ao Peru².

Já sob o olhar de Teixeira e Fonseca (2001) debate-se termos que integram a história da região:

Especialmente, em se tratando da Amazônia, a ênfase deve ser dada ao processo de conquista e colonização. As duas palavras não se apresentam de forma usual, por muito tempo os fenômenos aos quais se referem foram tratados como descobrimento e ocupação ou povoamento. O fato porém é que o processo histórico pelo qual passou a Amazônia a partir do século XVII constituiu-se em um processo de conquista, no qual os europeus entraram em guerra contra populações nativas, conquistando seus territórios, escravizando-as ou exterminando-as. (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 9).

E se há muitas culturas e muitos povos de diferentes etnias na região amazônica, houve um “amansamento” (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 13) para submissão aos senhores colonizadores, começando pela região do Pará, primeira a ser “conquistada”, com índios “trabalhando” para colonos particulares, missionários católicos ou para o Estado Português. Nas condições regionais e econômicas da Amazônia daquela época, foi considerado mais “caro” ou de difícil adaptação o homem/mulher escravizado vindo da África para a América. O que por seu turno mantinha a escravidão indígena como principal fonte de mão de obra na época. Ressalta-se que em nenhuma das formas de escravidão foi pacífica a relação com o explorador, por outro lado, restando como visão a de que eram povos que mereciam de alguma forma serem escravizados.

Com isso, o dizimar da população indígena hoje pode ser visto pelos números. Teixeira e Fonseca (2001, p. 18) relatam que só na Revolta da Cabanagem, no século XIX, o saldo de mortos foi de 40 mil

² Vide debate nacional, como por exemplo o disponível em <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/18/ferrovia-bioceanica-e-viavel-dizem-chineses-em-audiencia-publica>> Acesso 31 Jul 2017.

peessoas. Nesse movimento estavam juntos índios aldeados, tapuios, mestiços e negros contra os brancos exploradores.

E a expedição punitiva contra indígenas (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 23) era denominada “guerra justa”. Afinal, o nome da justiça servia para glorificação dos colonizadores. Além de ter deixado registrado nesse processo de luta e conquista, que fez parte do processo migratório, que não haveria conquista para a nação sem o trabalho dos “desbravadores”. Veja-se pela passagem registrada pelos historiadores, de que era “marcado pela **ousadia, bravura**³ e ganância” (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 22). Ainda no livro dos historiadores Teixeira e Fonseca encontra-se um pouco de como era o uso dessa mão de obra na região, mostrando como eram tratados os índios caripuna que trabalhavam na carga/descarga de travessia das cachoeiras do Rio Madeira: “Em 1878, Neville Craig se refere a eles como preguiçosos e ladrões” (TEIXEIRA; FONSECA, 2001, p. 24). Ressalta-se que além dos caripuna, podem ser citados como povos indígenas da região do Madeira: tupinambarana, torá, mura, matanawí, parintintin, mudukuru e outros.

Na Literatura

O passeio pela literatura (história “não-oficial”), a partir de considerações em torno do livro *A Selva*, escrito por Ferreira de Castro (1989), mostra que o personagem Alberto é enviado pelo tio para tentar a vida no seringal Paraíso, na região de Humaitá (AM). Situado no baixo Madeira, o seringal vivia naquele início de década (após 1912) o declínio do preço da borracha. O autor descreve os rios amazônicos como “[...] de lendárias fortunas onde os homens se enclausuravam do Mundo, numa confrangida labuta para a conquista do ouro negro, lá onde os ecos da civilização só chegavam muito difusamente [...]” (Castro, 1989, p. 50).

Especificamente sobre o Rio Madeira, Ferreira de Castro irá dizer: “Nem a sua subalteridade de afluente, de simples braço de gigante, tirava ao Madeira a grandeza e imponência” (CASTRO, 1989, p. 62). Ou buscando palavras de Melo Palheta, um dos primeiros a navegar por aqui: “_ Rio Cayary? Não. Rio da Morte... Rio da Madeira” (CASTRO, 1989, p. 63). Será nesta alteridade, com a natureza e com os demais homens que encontrará aqui, que Alberto irá se humanizar. Diferenciando-se dos momentos iniciais, em que há retorno à mitologia, quando o personagem compara a “selva” com lugares que conhece melhor: “Era sempre mataria, a mataria e a água em amplitudes de pasmar a quem não concebesse que nos oceanos pudessem também crescer bosques mitológicos” (CASTRO, 1989, p. 64).

Como avalia Emery (1999), por meio de uma teoria luso-tropicalismo freyriana, há nesse romance do autor Ferreira de Castro um humanismo, uma utopia e empatia demonstrada via linguagem e estética da própria Amazônia, vendo sim seu exotismo, mas também suas contradições (o mito, o bonito, o vencido, a exploração...).

Ao longe, em rumo contrário, navegava outro <gaiola> - um rolo de fumo no ar e o amarelo do casco avivando-se sob o Sol forte, vibrátil e deslumbrante que subitamente se derramara no enorme oval líquido. Depois de saber que toda aquela água não era pertença do oceano, mas sim do corpo da imensurável aranha hidrográfica da Amazônia, vinha-lhe o assombro da vastidão, do que pesa e esmaga pormenores e, pela sua grandeza, se recusa de começo à fria análise. (CASTRO, 1989, p. 42).

Tomado por essa alteridade, o personagem Alberto passa a compreender melhor os acontecimentos da natureza:

O rio começara a encher. Era o dilúvio anual que vinha do Peru, da Bolívia, dos contrafortes dos Andes, veios que borbulhavam, blocos de gelo que derretiam, escoando-se da terra alta, regougando nas cachoeiras e destroçando, de passagem, tudo quanto se lhes opunha. (CASTRO, 1989, p. 121).

É assim que ele inicia a explicação para o período do “inverno” amazônico, ou de uma enchente que duraria meses. Diferenciando a região da terra de seus companheiros de trabalho, que na quase totalidade eram do Nordeste do Brasil, chega a dizer: “Era troca da terra que matava por falta de água, pela terra que

³ Grifo das autoras.

matava por ter água em excesso” (CASTRO, 1989, p. 126). Ou faz comparações, como se o rio fosse o corpo de uma aranha. Ferreira de Castro ainda usa as analogias “monstro líquido” e “veias mais pequenas” (CASTRO, 1989, p. 49) para se referir aos rios e/ou a suas “artérias” (CASTRO, 1989, p. 64), sobre os menores a desaguar em outros maiores. Já não sendo atual, à vista disso, a ideia que se propala para o rio que encheu além de seus registros históricos. Talvez somente não comparável com o ocorrido em 2014.

Também no texto de Márcio Souza (1980) há esse direcionamento, mostrando o terror dissipado pelas águas, na construção da estrada de ferro que ladeava a margem direita do Madeira: “E as chuvas apareciam sempre violentas, tragando as obras ainda não totalmente construídas numa voracidade líquida” ou “A tempestade parecia querer arrancar cada árvore da selva e arrebatá-las num voo alucinado” (SOUZA, 1980).

O Pós-Colonialismo

Como foi possível rever nos registros históricos e literários, muita água escoou por esses rios culturais. Durante a procura pelo Eldorado muito se destruiu, se matou e se subjugou. Nesta busca por novas terras e novos mercados, a conquista se fez também via linguagem, o que se poderia buscar em Michel Foucault (2012) como questões ligadas ao poder. Ou como o faz o precursor do pós-colonialismo, Frantz Fanon (2008), que no primeiro capítulo de *Pele negra, máscaras brancas* discute o quanto a linguagem é carregada de sentidos, tendo em vista que “falar é existir para o outro” (FANON, 2008, p. 33), assume-se uma cultura e suporta-se o peso de uma civilização. Dessa forma, “quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva” (FANON, 2008, p. 34).

E foi tudo isso que deixaram de legado a história transcorrida, de forma opaca e não transparente, com tantos mitos criados em torno da Amazônia, seriam seus habitantes os selvagens ou detentores de poderes excepcionais e de riquezas naturais ou monstruosidades. Imagens construídas por um processo que envolve inicialmente o poderio econômico e logo depois pela interiorização/epidermização da inferioridade (FANON, 2008, p. 28). Por isso, o autor questiona: “[...] pois se é em nome da inteligência e da filosofia que se proclama a igualdade dos homens, também é em seu nome que muitas vezes se decide seu extermínio” (FANON, 2008, p. 43).

A construção do outro pela linguagem também pode ser vista em Said (2007), que discute o discurso dado em *Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente* e como, assim, a cultura europeia cria um “Oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente durante o período pós-Iluminismo” (SAID, 2007, p. 29). Logo, pode-se estender a interferência externa para a realidade amazônica, criada sob essa compreensão europeizada.

A constituição do Outro pelo olhar dos europeus que chegaram à região é, na defesa de Neide Gondim (1994), esse fantástico: “a Amazônia é o mistério inventado pelos europeus” (GONDIM, 1994, p. 128). Assim sendo, para a autora, a Amazônia não foi descoberta e nem constituída, foi inventada “a partir da construção da Índia” (GONDIM, 1994, p. 9). O imaginário mítico em relação a esse universo até então desconhecido recebeu influência de literaturas diversas e mesmo de registros de viagem, em que a autora exemplifica com os nomes de Júlio Verne, Santo Agostinho e Tomás de Aquino, Marco Polo, filósofos Voltaire, Montesquieu, Montaigne e outros.

Sobre os primeiros contatos: “o espanto inicial foi mútuo, mas a primeira pegada fíncada na areia marcou o encontro entre culturas e civilizações distintas e o extermínio quase total do nativo pelas armas e doenças” (GONDIM, 1994, p. 13). Para ela, esse olhar sobre o outro ganha contorno mais plausível de dominação dentro de um pensamento Feudal-Iluminista, configurado entre a Idade das Trevas e o Modernismo, calcado no poder do saber e, por consequência, daquele que detém esse saber, em que “penso, logo existo”, traz também um discurso de superioridade natural entre entes da espécie humana.

Essas histórias maravilhosas falavam de povos estranhos, grotescos, monstruosos. A natureza não menos fantástica era povoada por animais não menos estranhos: unicórnios passeavam por entre vegetação encantada, composta por ervas capazes de curar qualquer doença, podendo ser encontradas próximas à fonte da eterna juventude. (GONDIM, 1994, p. 16)

E foi desse modo que a diferença cultural e racial colaborou decisivamente para a exploração e garantia de território na Amazônia. Há de se pensar que a escravização indígena não era apenas mais “barata”, mas também trazia os conhecimentos necessários para a sobrevivência e transposição de dificuldades aqui encontradas. Outro ponto debatido por Gondim (1994) é que a superioridade requisitada

pelos portugueses que aqui se encontravam sobre esse Outro inferior, representado pelo nativo, não se via na “guerra” contra o Outro igual (espanhóis e franceses, por exemplo), que não eram escravizados na derrota. Será, então, a “não aceitação do *modus vivendi* do nativo é que vai fundamentar a escravidão que emerge com o nome novo da guerra justa, antiga concepção da cruzada medieval” (GONDIM, 1994, p. 41). Afinal, o índio foi rebaixado: “É um corpo destruído, enfeiado, animalizado” (p. 53). Sobre essa alteridade, pode-se verificar que

Nas maravilhas e monstruosidades da índia as feras estavam restritas aos espaços da natureza. Pode-se presumir que o convívio com esse híbrido ameríndio é quase uma transferência, sem ser explicitada, é uma alusão à natureza monstruosa do ‘selvagem’, de seus costumes ‘bárbaros’, fundidos – homem e besta – no mesmo espaço familiar. O que não deixa de ser uma imagem dupla do europeu diante do outro. (GONDIM 1994, p. 56).

Daí Neide Gondim questionar os espertos e chamados pesquisadores da época: “mas La Condamine era um cientista e sua invenção da Amazônia no mínimo deveria ser fundamentada em fatos verídicos, e quem melhor do que os viajantes e nativos para auxiliá-lo?” (GONDIM, 1994, p. 128). E serão muitos os escritos que tratarão das certezas biológicas de inferioridade dos habitantes da Amazônia ou de sua continuidade da colônia europeia, guardando ainda resquícios deste imaginário no conhecimento empírico. Quando passa a ser visto como um local em que se abrigava o Eldorado, pronto para a conquista, assim o colonizador passará a descrever a região sob esse novo olhar:

Deixou de ser o local por excelência habitado por antípodas não normais ou por raças potencialmente voltadas para a escravidão, para converter-se em espaço sagrado que abriga o antiquíssimo mundo da pré-história, onde o europeu ali foi procurar suas origens e, concomitantemente, o mundo moderno nele vai haurir-se de sua seiva leitosa no momento do capital que esmaece depois apaga as fronteiras nacionais. Esse interregno é mediatizado pela dramática consciência que reconhece a irreversibilidade do processo, o qual, ao destruir as exuberâncias naturais, reduz a pó, igualmente culturas seculares de povos intrinsecamente ligados a um conjunto de feições próprias, cujas vidas seguem um pulsar diferenciado do ritmo da modernidade. (GONDIM, 1994, p. 272)

E foi nesse terreno fértil, movimentado, que Amaral (2012) encontrou o hibridismo, com processos migratórios e de colonização a deixar como herança para os dias atuais uma grande influência cultural e linguística.

Conscientes de que somos seres híbridos, acreditamos também que as vantagens dos estudos sobre pluralidade cultural estão nas relações das práticas sociais e econômicas que, se entrelaçadas, potencializam a trama e se revelam mais nas atuações do que nas ações propriamente ditas. O multiculturalismo opõe-se ao que ele julga ser uma forma de etnocentrismo (visão de mundo da sociedade branca dominante que se toma por mais importante que as demais). (AMARAL, 2012, p. 104).

Mais que enxergar os três povos que constituem a formação brasileira (índios, negros e brancos), a autora mostra que em Rondônia há diversos “fluxos” e “ciclos” migratórios, formando um mosaico cultural, sendo que “diversos povos dessas raças deram sua contribuição para o elemento humano rondoniense, cuja identidade regional ainda está em formação” (AMARAL, 2012, p. 90).

A título de finalização, a análise seguiu pelos trilhos de uma linearidade em curso dos acontecimentos, e buscou pelos fatos que se repetem, formando um *continuum*, uma regularidade dentro da história e literatura regional. Nesse percurso, pretendeu-se compreender os condicionamentos produtivos em que se enquadram os diversos acontecimentos: prática, teoria e fato. Por fim,

O modo de produção dominante em uma economia, leva o indivíduo a ter uma visão e ao mesmo tempo assumir determinado papel sócio-econômico na sociedade. Ninguém hoje que reside no Estado de Rondônia quer ser seringueiro, porém, durante o período do extrativismo da borracha, alguém se arvoraria a ser pecuarista? (MEDEIROS, 2004, p. 240).

E será assim que a ocupação ao longo da história da região trará reflexos não só para aspectos geográficos, na delimitação de estados e municípios (ou de países se ampliar o olhar para o Acre, e que um dia já pertenceu à Bolívia, ou até de continentes, pois a Europa foi quem dominou anteriormente o cenário mundial). É também em relação ao social, político, cultural, econômico etc. Ser esse povo híbrido, com a identidade multicultural que se tem, é resultado de todo esse embate físico, mas também intelectual, de disputa de diferentes línguas, costumes e culturas.

Com isso, mesmo que depois da cheia, no período da vazante se verifique a fertilização das terras que circundam o leito do rio: “quando ocorrem as grandes cheias, as águas baixam, a população ribeirinha planta o milho, o feijão, o quiabo, o maxixe, a melancia, a macaxeira, a abóbora, a cebolinha etc” (MEDEIROS, 2004, p. 168). Apesar da colheita poder ser farta, a sociedade recebe propagandas ideológicas de não serem os ribeirinhos os melhores produtores, porque o mercado é para ser ocupado por grandes plantios, que passam por colheitas mecânicas e informatizadas, afinal, o agro alcançou a alcunha de “pop”, numa visão de mundo globalizado.

No estágio ideológico de colonização atual, os amazônidas se inserem no processo de hibridização identitária e cultural, porque não serão os mesmos ante a todo esse conhecimento adquirido no processo de formação híbrida e que toda vez ganha novos reforços. Agora é de se perguntar em que serão utilizados esses novos saberes – para a conquista ou para um posicionamento mais humano?

Tal como escreve o autor de *Mad Maria* por intermédio de seus personagens.

Bebidas, um mausoléu para o velho Thomas, mulheres. São os nossos sonhos. Sonhar é o único privilégio que temos.
[...] Collier continuava a pensar o quanto o sonho preenchia a vida de todos numa situação como aquela. (SOUZA, 1980, p. 142).

Se na Amazônia a subida e a descida das águas realimentam discursos sobre a fauna, flora, habitantes, instituições, Rio Madeira e sua vizinhança, muito se nutre de distorções acerca da região. Entretanto, estão aí períodos de cheias e de secas para confrontar um processo que pode ser turbulento, porém vêm em seus banheiros diversas formas diversas de benefícios a serem aproveitados pela natureza e que podem nessa desterritorialização e reterritorialização ser um processo de demarcação de uma região amazônica menos explorada em ações calcadas em imaginários e pré-concebidos. Talvez mais próxima dos conhecimentos de seus próprios e tradicionais habitantes. Porquanto quem não tem sonhos para no tempo, sobrevive à vida, mas não a vive. É preciso acreditar que são os sonhos que levam a buscar melhorias e que alimentam pensamentos bons para o futuro.

A título de encerramento

Verificou-se que os amazônidas passam por processos de hibridização identitária e cultural de contato entre povos e de disputa por território. A Amazônia, seus rios, povos e saberes foram assim se reterritorializando também social e culturalmente. O que pode parecer um processo natural, na verdade passou por diversas fases, embates de ideologias e confrontação entre colonizador/colonizado.

Se desterritorialização/reterritorialização é uma “saída”/“entrada” do “território”, que a “criação” deste novo território cultural não desqualifique o Outro, mas que compreenda que as culturas se misturam e ganham características umas das outras.

Referências

Amaral, N. F. G. do. (2012). Processos migratórios em Rondônia e sua influência na língua e na cultura. *Linha D'Água*, São Paulo, 25(1), p. 87-107. ISSN 2236-4242. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i1p87-107>.

- Canclini, N. G. (2008). *Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Castro, F. de. (1989). *A Selva*. Lisboa: Guimarães Editores.
- Gondim, N. (1994). *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero.
- Emery, B. (1999). A Amazônia e a (re)invenção do luso-tropicalismo: o caso de A Selva. In: *Leituras da Amazônia: revista internacional de arte e cultura*. CRELIT, Ano 1, nº 1. Manaus: Valer.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Foucault, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- Ferreira, M. R. (1987). *Ferrovias do Diabo*. São Paulo: Melhoramentos.
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Medeiros, E. L. de. (2003). *Rondônia: terra dos caripunas*. Porto Velho: Rondoforms.
- Medeiros, E. L. de. (2004). *A história da evolução sócio-política de Rondônia*. Porto Velho: Rondoforms.
- Palitot, A. (2016). *Rondônia: uma história*. Porto Velho: Imediata.
- Said, E. W. (2007). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, M. (1980). *Mad Maria*. São Paulo: Marco Zero.
- Teixeira, M. A. D. & Fonseca, D. R. da. (2001). *História Regional: Rondônia*. Porto Velho: Rondoniana.